

# Situação do País preocupa bancos

**Paulo Francis**  
de Nova Iorque

A notícia de que o Brasil conseguiu adiar pagamentos de US\$ 5 bilhões devidos ao Clube de Paris (bancos centrais de países ricos), de um total de US\$ 17 bilhões de 1º de janeiro, 1987, a 31 de março, 1990, significa apenas que juros imensos serão agregados, por este período, aos US\$ 5 bilhões. Ou seja, o sucessor de Sarney terá de arcar com encargos financeiros devastadores. No entanto, o **press release** oficial é dado em tom alvissareiro: «O Brasil não pagará um centavo de juros ou de principal até março de 1990». Pagará depois, o contribuinte brasileiro pagará pelo atraso. Da mesma forma que pagou US\$ 2 bilhões pela moratória, segundo declaração do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega.

O Clube de Paris só concordou com este adiamento porque lhe foi garantido pelo governo Sarney que este chegará a um acordo e se submeterá a um programa do Fundo Monetário Internacional. O Clube, como o FMI, queria somente que o Brasil se acertasse com os banqueiros particulares. Nem o Clube nem o FMI são instituições que visam o lucro. Os banqueiros, sim. E com estes o Brasil está em dia, ao menos até 15 de julho.

Mas há sérias dúvidas de que o Brasil conseguirá chegar a um acordo com o FMI. Os números oficiais da inflação em julho, 24%, assustaram as principais capitais financeiras do mundo. E a falta de autoridade política do presidente Sarney, seus conflitos com a Constituinte, o dualismo de anarquia que parece «presidir» a vida política brasileira, são fartamente co-

nhecidos de todas as autoridades financeiras internacionais, se por mais não fosse porque são noticiados pelos principais jornais do mundo. O **Wall Street Journal**, por exemplo, duvida de que o ministro Maílson da Nóbrega consiga manter a inflação a 600% ao ano e que beire os mil por cento anuais, isto significa inflação mensal de 50%. Hiperinflação incontornável e que já levou à derrocada países estruturalmente mais sólidos — e mais ricos — tais como a Alemanha, da República de Weimar, entre guerras de 1914 e a de 1939.

As lamúrias de Sarney sobre os estragos da Constituinte, forçando gastos estimados em US\$ 12,6 bilhões, acrescidos ao déficit público, representando duas vezes o que o governo federal arrecada em impostos, são tidas como corretas factualmente, mas é sabido que: a) Sarney governa por decreto, estando até o fim da Constituinte livre para tomar as medidas de contenção necessárias à economia brasileira; b) quando Sarney quer alguma coisa do seu real interesse, como a extensão do mandato presidencial para 5 anos, trabalha muito e consegue o que quer; c) o Presidente brasileiro parece incapaz sequer de reformar seu ministério, ou de tomar quaisquer medidas para disciplinar as forças políticas.

Nenhum banqueiro consultado por este correspondente quis fazer previsões sobre o futuro. Mas é sabido que dos 900 bancos previstos como necessários à capitalização de US\$ 5,2 bilhões do principal da dívida — o que foi acordo com a comissão de grandes bancos internacionais em Nova Iorque, em troca de pagamento dos juros devidos até julho de 1988 — apenas 150, até o

momento, aceitaram esta capitalização, isto é, acrescer o principal da dívida particular brasileira, de US\$ 62 bilhões, em mais 5,2 bilhões.

Não há uma analista econômico que não veja no Plano Cruzado de 1986 um congelamento demagógico de preços e um aumento substancial de salários, que desarticularam a estrutura de produção do País, e nada foi feito para consertar basicamente este desastre. As tentativas de repor o Brasil de pé economicamente do ministro Maílson da Nóbrega são vistas com simpatia pelos credores, mas eles duvidam de que o ministro tenha a total confiança do Presidente, porque sabem este ser um político interiorano, sem experiência ou autoridade, ou legitimidade democrática do voto para governar um País com problemas complexos como o Brasil.

Só há uma maneira de impedir a catástrofe que se avizinha. A decretação de medidas que diminuam a presença cancerosa do Estado na economia do País. E Sarney, mesmo que fosse outra pessoa, tem contra si uma Constituinte que majoritariamente o desafia, que produz um documento ridículo com 321 artigos, que mais parece uma árvore de Natal do que a Constituição de um País civilizado.

Como ninguém vê possibilidade disso, ou vontade real do Executivo brasileiro se salvar, a atitude dos credores é também a de «salve-se quem puder». Desde que os banqueiros estejam com sua contabilidade e lucros em dia, continuarão dizendo, de público, que têm confiança no Brasil. Em particular, a conversa é muito diferente.